



**ENTRE DOCUMENTOS, GENEALOGIA E A CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS
OUTRAS COM OS ESTUDOS DECOLONIAIS**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.16967



Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Estadual Paulista em Franca – UNESP – Brasil

Fernanda Teixeira de Barros Neta

Universidade Federal do Pará – UFPA – Brasil



Resumo:

O presente artigo visa apresentar algumas pistas a respeito da pesquisa documental, histórica e genealógica com os estudos decoloniais de Gayatri Chakravorty Spivak, María Lugones e Chimamanda Ngozi Adichie, a partir da História Cultural e dos trabalhos de Michel Foucault bem como pela apropriação de alguns aportes dos estudos feministas e de interseccionalidades. Busca-se assinalar aspectos metodológicos e políticos em um trabalho com arquivos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como exemplo de análise. Aponta-se como as demarcações de gênero são usadas de modo enviesado, especialmente, na construção destes documentos a respeito das mulheres como mães voltadas para a maternidade como um dispositivo de governo das condutas em prol de um suposto desenvolvimento do país e proteção de crianças e adolescentes. Logo, é possível afirmar que os documentos do UNICEF estão atravessados por preconceitos da colonialidade de gênero e

forjam efeitos na formação de trabalhadores sociais pautados em discriminações e estereótipos. Portanto, a pesquisa com arquivos de cunho histórico pode favorecer práticas de desnaturalização de opressões e dominações sexistas e de gênero.

Palavras-chave: Arquivos; Genealogia; Decolonialidade.

Introdução

Este é um artigo em formato de ensaio teórico a respeito da pesquisa documental, ancorado na perspectiva metodológica da genealogia de Michel Foucault e as relações com possibilidades históricas outras, entre elas, as contribuições de alguns estudos decoloniais a partir de Gayatri Chakravorty Spivak, María Lugones e Chimamanda Ngozi Adichie. Trata-se de um conjunto de ferramentas e operadores conceituais analíticos com tempo e espaço limitados por lugares de olhar e pensar historicamente situados e por saberes locais com o cuidado de problematizar as práticas e desnaturalizar acontecimentos por meio do trabalho com arquivos.

Busca-se manejar estratégias de análise em que o objeto é constituído por linhas de forças que formam uma trama múltipla, complexa e acontecimental. Ao propor realizar este exercício da problematização emerge o pressuposto, segundo o qual, os objetos se constituíram como tais devido ao acaso do agenciamento das forças dispersas e heterogêneas, pois são práticas, fazeres em processualidade. Portanto, um norteador relevante para quem visa trabalhar com a História é não naturalizar objetos e definir arquivos enquanto um conjunto de documentos organizados e selecionados por quem os armazenou e forjou e por quem os estuda e analisa.

Ao invés de conceber os objetos como dados, a genealogia busca criar o diagrama de forças no qual tal objeto emerge como efeito de determinadas práticas saber-poder. Ao invés de uma perspectiva universalista, ou de uma história contada pela versão dos vencedores, a genealogia constitui a história a partir de diferentes perspectivas, situadas, dando visibilidade a diferentes vozes (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011, p. 459).

Os objetos, abordagens, fontes, literatura, conceitos e metodologias são também pensados pela Nova História Cultural, chamada de virada antropológica e terceira geração da Escola dos Annales, no século XX, na década de sessenta. Esta ampliação e novas formas de analisar e atuar com o campo têm posições políticas, novas perguntas, reconhecimento de outros grupos sociais que eram excluídos e impedidos de fala, busca de narrativas mais democráticas

e plurais, trabalhos com documentos negligenciados por preconceitos e discriminações negativas e os usos críticos dos arquivos que não se limita mais ao protocolo fundamentalista e fascista de Estados nacionalistas e autoritários. Assim, as lentes dos estudos e perspectivas que trouxeram diversidade, inclusão e pluralismo implicou em um aumento da produção da diferença e ruptura com metodologias, saberes e conceitos sectaristas, silenciadores e que subalternizavam inúmeros povos e grupos da sociedade.

A emergência dos estudos sobre decolonialidade tem deslocado vários saberes e metodologias. Introduzem novas categorias analíticas e também questionam modos de fazer, fontes utilizadas e abordagens teóricas restritas à Europa e aos Estados Unidos. Interroga os mecanismos de colonialidade presentes nas maneiras de operar conceitos, teorias e metodologias da modernidade com os limites das racionalidades pautadas em contextos repletos de materialidades herdadas do colonialismo, atualizadas por outros marcadores na educação, cultura, na economia política, nas relações sociais e na produção das subjetividades.

Documentos, história e práticas

Ao falarmos em documento, como explicitam as autoras Lemos e colaboradoras (2010), estamos diante de um acontecimento que deve ser analisado enquanto um conjunto de práticas discursivas, coextensivas às práticas de poder e de subjetivação, afinal, aproveitando-se da contribuição de Le Goff (2003) nenhum documento é inocente e a produção dele não é neutra. Portanto, deve ser analisado e historicizado com o perspectivismo que desnaturaliza práticas cristalizadas. Todo documento é um monumento que deve ser desmontado para poder ser pensado por meio do uso das materialidades que o constituem. E, ao se fazer tal desmonte, descrever e problematizar a imanência saber-poder e a produção de subjetividade.

[...] Em suma, gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário buscar as instâncias de produção discursiva (que evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações (FOUCAULT, 2011, p. 19).

Trabalhar o documento como monumento, segundo Rago (1995, p. 78) “[...] significará recusar a crença na transparência da linguagem a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual [...]”. Tais posicionamentos são importantes, pois, em geral, se pensa que os documentos são apolíticos, neutros e tomados como prova inquestionável de que algo ocorreu em uma data e local e, que estariam, em geral, contando a única versão da história sobre um fato ocorrido. Ao contrário desta postura, a história praticada na genealogia por Foucault e por toda uma tendência da História Nova Cultural pensa o documento como narrativas em disputa, uma maneira de apropriação e organização dos acontecimentos por meio de práticas datadas e permeadas por diversos interesses, em uma trama de intrigas, sendo composta por forças de poder, de saber e de subjetivação (LEMOS e CARDOSO Jr, 2009).

O recorte de um documento implica em pensar como ele foi montado e fabricado enquanto arquivo-monumento, quais as narrativas dos acontecimentos foram tecidas em uma rede política, cultural e social; o que implica, sobretudo, em interrogar as lacunas, os hiatos, esquecimentos, silêncios que marcam a produção dos documentos-acontecimentos e a maneira de guardá-los, armazená-los, fazê-los circular e distribuí-los em ordens do discurso determinadas em lugares da memória. Uma plataforma em que um currículo está hospedado é um lugar de memória, assim como a biblioteca e os museus são lugares de memória. Há uma diversidade de lugares que hospedam e guardam memórias, algumas trabalhadas historicamente por técnicas de um ofício historiográfico, outras, armazenadas como memorial a ser lembrado por povos e por grupos que visam contar seus modos de vida e registrar suas maneiras de agir, de sentir, de pensar, de se relacionar e valorar a existência.

Pode-se perguntar e se estranhar: afinal, o que a Psicologia tem a ver com o estudo, produção e com a pesquisa documental? Ao que se poderia responder: tudo a ver! Parte do trabalho da Psicologia é produzir e analisar documentos e os efeitos dos mesmos na vida das pessoas. Pois ouvem e analisam histórias, pesquisam diversos documentos, trabalham cotidianamente com relatórios, imagens, entrevistas, gravações, fontes judiciárias e, por fim, fabricam documentos e os encaminham. Portanto, fazem história e as escuta, as problematiza, as interroga, as pensa e as produz como analisadores em um modo de dispositivo arquivístico de um tempo e espaço específicos. Opera-se, portanto, com práticas singulares e datadas que são raras, às quais são o que nós fazemos na história para poder colocá-las em um campo histórico e cultural de transformação da memória em historiografia (VEYNE, 1998).

A Psicologia, em interface com a História, na análise documental é uma analítica de poder, de saber e de subjetivação com uma perspectiva ética, estética e política, que aciona a problematização da subjetividade e dos processos de subjetivação materializados na fabricação das existências enquanto maneiras de ser, de pensar, de agir, de viver, de se relacionar e de organizar a vida e os processos de existência. Neste sentido, o documento não consiste em uma prova irrefutável da verdade supostamente mais verdadeira, mas antes, é uma pista; é um conjunto de narrativas resultantes de forças entrecruzadas.

A noção de prova, por muito tempo, foi uma condição para a confecção historiográfica. Contudo, quem a autenticava e validava e como a usava? Isto não era motivo nem objeto de preocupação na História Tradicional, pois esta tomava a prova como uma fonte reconhecida pelo Estado, guardada nos arquivos públicos sob a insígnia de ser verdade fiel ao fato ocorrido, descrição e expressão da neutralidade e da imparcialidade de quem a fez vir à tona como documento oficial (FOUCAULT, 1996). Geralmente, esta História era contada e forjada para exaltar heróis da nação e escrever os feitos deles como definidores do curso da vida da população.

É na tentativa de contrapor-se à História Positivista e Tradicional, à História dos fatos históricos, dos arquivos oficiais e dos heróis é que se insurge o documento que deixa de ser um monumento e se torna um artefato cultural e político constituído por práticas. “A instituição histórica se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que o são e, portanto, são excluídos ou censurados” (CHARTIER, 2016, p. 68). A censura documental e a recusa ao acesso aos arquivos ou o desprezo pela guarda dos mesmos pode dizer muito a respeito de como se age face à História e aos valores que se deseja cultivar ou apagar.

Logo, fazer pesquisa documental é promover um trabalho analítico com os arquivos para romper cristalizações e abrir brechas diversas, descontínuas e transversais de tal forma em que não se necessite de heróis e heroínas e sim de desnaturalizar esta construção de autorias privilegiadas que silenciam coletivos. Os documentos são fabricados com regras de produção, de circulação, de recepção e usos, de poderes que o autorizam ou não e das escalas em que são olhados e problematizados. Os jogos de escalas, segundo Revel (1999), podem variar e auxiliar a analisar diferentes facetas e perspectivas dos documentos e arquivos. É possível, por exemplo, trabalhar com experiências cotidianas na microanálise por meio da História Oral com entrevistas, consultas a arquivos pessoais e privados, com grupos e

pesquisas-intervenções. Os olhares podem ser transversalizados por diagonais, ou seja, um arquivo que é micropolítico pode ter implicações macropolíticas, depende da escala em que é trabalhado.

Entre exemplos que se pode abordar, decidiu-se trazer algumas pistas a partir de experiências com relatórios de organizações multilaterais. Por exemplo, no caso dos relatórios do UNICEF, eles se encontram de fácil e livre acesso ao público pelo site desta agência no Brasil. Logo, há disponibilidade para acessá-lo, e, por se tratar de um documento em formato digital, as condições de conservação são boas, não estando desorganizados, ou abandonados, como é o caso de alguns documentos que se encontram em péssimo estado de conservação em instituições arquivísticas no Brasil, infelizmente. Este é um aspecto importante a considerar e a parabenizar o Fundo das Nações Unidas para a Infância pela maneira de fazer circular os documentos e publicizá-los.

Escolhendo os documentos e os manejando

Agências internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), objetivam ser guardiães das crianças e dos jovens, visando garantir e defender o cumprimento e a promoção dos direitos desses segmentos. Nota-se que, há mais de sessenta anos, a ONU, juntamente às suas agências, como o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizam ações de recomendação para muitos países, a fim de instaurar o que designam como a paz e a segurança mundiais, sob a retórica de garantia dos direitos humanos.

O UNICEF surge, inicialmente, sob o discurso para gerir e cuidar da saúde materno-infantil (preocupações com taxas de natalidade; aleitamento materno; cuidados com a criança) e, paulatinamente, passar a preocupar-se com a defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Ele existe no Brasil desde 1950 e tem uma vasta produção de relatórios com indicadores sociais, econômicos e de desenvolvimento da infância e juventude brasileira.

No Brasil tem escritórios em Brasília, Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e um temporário em Boa Vista, criado em virtude da crise migratória. É tido como uma referência de credibilidade e eficiência na pauta da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Arregimenta governos federais, estaduais,

municipais, da sociedade civil, da mídia e dos setores privados. E tem como regiões de incidência prioritárias a Amazônia, o Semiárido e Grandes Centros Urbanos.

Entendendo que se vive sob a égide da mundialização, na qual os organismos multilaterais em questão realizam recomendações e intervenções a nível internacional a todos os países-membros – caso do Brasil – portanto, é pertinente debruçar-se sobre as práticas destes e verificar seus efeitos na formação e trabalhadores (as) sociais e na realização de políticas públicas brasileiras, em específico neste trabalho, efeitos nas políticas voltadas para as mulheres e aquelas de proteção a crianças e jovens.

O Fundo das Nações Unidas da Infância é uma agência internacional criada em assembleia pelas Nações Unidas no período posterior à II Guerra Mundial, em 1946, para realizar uma frente de apoio às crianças da Europa, China e Oriente Médio (UNICEF, 2009^a). Depois da reconstrução dos países devastados pela guerra, o UNICEF (2009^a) passou a realizar assistência à China e, em seguida, direcionou suas ações para o combate de doenças e da fome de crianças de países do resto do mundo. Foram realizadas campanhas por saúde, família, nutrição e educação, temas elencados como prioritários para a infância mundial.

A postura do UNICEF pode ser classificada como importante para a sociedade durante a segunda metade do século XX e durante as primeiras décadas do século XXI, porém, isto não impede de explicitar que há muitas problemáticas nos modos como esta agência protege e propõe suas iniciativas, de que modo constrói seus documentos e o quanto ainda age por meio de um viés de colonialidade civilizadora de quem considera povos a controlar e a gerir pelos mecanismos de segurança que utiliza em nome da promoção, garantia e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Outro aspecto a salientar é o quanto o UNICEF administra a vida das mulheres e mães para cumprir o que denomina de sua missão que seria cuidar das crianças e adolescentes. A maneira de pensar e definir os critérios e metodologias nas políticas públicas trazem marcadores capacitistas, classistas, étnico-raciais, etaristas, sexistas, territoriais e de gênero que precisam ser alvo de crítica e historicização. Mulheres são colocadas compulsoriamente na condição de maternidade, educadas para cuidar de crianças e dirigidas por tutelas médico-psicológicas sob a rubrica reducionista de um biologismo desenvolvimentista.

Desta maneira, o UNICEF (2009a) tornou-se, em 1953, o órgão permanente da ONU para tratar assuntos relacionados à infância dos países em desenvolvimento, realizando ações não

apenas direcionadas à infância mundial, mas também de modo específico à família e à mulher, considerada personagem fundamental na operação de um monitoramento da infância mundial. Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo analisar a emergência do objeto mãe-mulher, como ele é performado, e interrogá-lo nos documentos deste organismo multilateral.

Sobre estudos realizados sobre o tema de gênero, o secretário geral afirma ser a política de igualdade de gênero a mais primordial para aumentar a produtividade das mulheres e diminuir a mortalidade infantil e materna – nesta circunstância da mensagem do secretário, o relatório associa-se a mulher à maternidade, assim como ocorrera em outros momentos. Todavia, ao olharmos rapidamente e de forma panorâmica os arquivos do UNICEF é possível observar que há uma imagem da mulher atrelada à maternidade, sobretudo, a uma maternidade compulsória. Apenas aparece a mulher “não mãe” quando se tratam de meninas adolescentes – às quais a gravidez é considerada um problema de saúde pública; contudo, é um caminho que elas trilharão na idade adulta. No documento “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres” (Acessado no site da UNICEF - <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-eliminacao-de-todas-formas-de-discriminacao-contramulheres>) é ressaltada a valorização e a importância da maternidade para a vida em sociedade. Mulher como função equalizadora e equilibradora das relações e dos possíveis conflitos como se pode ver na passagem “Contribuição da mulher ao bem-estar da família e ao desenvolvimento da sociedade, importância social da maternidade.”.

No artigo 5º do mesmo documento, parágrafo segundo: “garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social; ou ainda no Artigo 16º, inciso: “os mesmos direitos de decidir livre e responsabilmente o número de filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos”. Contudo, não é considerada a possibilidade de não ter filhos. Reifica-se a imagem da mulher vinculada ao cuidado – cuidados pré-natais; cuidado com a saúde do filho; com a segurança alimentar; com a educação. Reforça-se essa divisão desigual entre os gêneros ao relegar às mulheres essa função de gestão familiar naturalizada e reproduzida historicamente. Em que pese este relatório não ter sido analisado à risca neste artigo, foi trazido para cena em virtude de apresentar a mesma racionalidade.

Elegeu-se como período histórico para fazer a busca dos documentos o recorte temporal de 1990 a 2020, por se tratar de um período que abarcaria o processo de redemocratização brasileira, de promulgações de leis mais garantistas – exemplo do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até a época atual. E o único relatório encontrado, para este período e

que estivesse disponível em formato digital, que transversalizava acerca da maternidade, sobre o processo de constituição e performatividade de mulheres mães de forma extensa fora o “Kit da Família Brasileira Fortalecida”, lançado em 2019.

A busca foi realizada pelo site oficial da UNICEF – www.unicef.org/brazil – nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2020, utilizando as palavras-chave maternidade, mãe, gestação no tópico intitulado “Biblioteca”. O “Kit da Família Brasileira Fortalecida” é uma coletânea contendo cinco álbuns que explicam os cuidados necessários às crianças desde a gestação até os 06 anos de idade. Este relatório assinala a atuação de proteção e promoção social do UNICEF focada nas famílias, que são adjetivadas e destacadas como a base de toda a sociedade, aspecto este a ser levado em consideração, pois, traz implicações específicas para as práticas desta agência multilateral.

O primeiro álbum foca nos aspectos do pré-natal, parto e do pós-parto. Traz noções de família, da importância do pré-natal para evitar gravidez de risco; dos casos da gestante soropositiva; sífilis; da necessidade da alimentação adequada da mãe; importância do saneamento básico, da higiene; mensagem de valorização ao aleitamento materno; mudanças no corpo da gestante e do bebê; preparação para o parto; escolha do tipo de parto; como cuidar do bebê prematuro e de baixo peso. Este primeiro álbum ressalta uma visão de cuidado pautada no planejamento familiar e na visão higienista de atenção na política pública.

O segundo traz informações acerca do primeiro mês de vida do recém-nascido e dos principais cuidados que a família deve ter. Aborda as seguintes temáticas: acolhimento da mãe e do bebê em casa; cuidados com o bebê prematuro e de baixo peso; estado da mulher no pós-parto; alimentação da mãe; primeiros cuidados com o bebê; desenvolvimento do bebê; vínculo entre mãe e bebê; informações sobre o registro civil, a caderneta de saúde; o calendário de vacinação; rotina na vida do bebê; amamentação novamente; como dar banho; como cuidar dos curativos do bebê; higiene do bebê e da casa; preocupação com malária e dengue. É possível apontar o quanto a vertente médico-psicológica está presente neste álbum e amparada basicamente pelo ponto de vista biológico.

O terceiro mostra como se desenvolvem os bebês do segundo mês de vida até o primeiro ano. Apresenta o bebê de 02 a 03 meses; táticas de como estimular o bebê; orienta como deve ser a rotina da família e do bebê; aparece novamente a questão do aleitamento materno; identificação de possíveis problemas no desenvolvimento do bebê; vacina; cuidados com higiene; desenvolvimento do bebê de 04 a 06 meses; prevenção de acidentes; alimentação do

bebê a partir dos 06 meses; higiene bucal e da casa. O referido álbum delineia dimensões do desenvolvimento a partir de uma biossociabilidade na medida em que baliza a vida da criança pequena pelo viés de uma relação social de cunho biologizante.

O quarto traz informações para as famílias que têm crianças de 01 a 03 anos. Versa sobre crianças de 01 a 03 anos; quais as brincadeiras são tidas como saudáveis e adequadas; prevenção de acidentes; o momento certo da retirada das fraldas; enfoque no comportamento, pensamento e aprendizagem da criança – monitoramento; alimentação, hábitos de higiene, creche, ‘atitudes saudáveis’. A saúde no quarto álbum é orientada por uma cultura focada no cultivo de valores higienistas de saúde, sob a insígnia da aplicação do lúdico e do controle do comportamento da criança nos anos iniciais de suas vidas.

E o quinto álbum traz aspectos do desenvolvimento das crianças entre 04 a 06 anos. Como educar menino e menina; educação para a igualdade e a diversidade; importância da matrícula na pré-escola; discorre sobre o movimento corporal, pensamento, a curiosidade, a música, os livros no desenvolvimento infantil; novamente, retorna a importância da alimentação saudável e variada; da saúde bucal; da prevenção de acidentes; cuidado com dengue e malária; primeiros socorros; violência contra a criança, maus-tratos e abuso infantil. A criança como infância é uma forma de colonialidade, pois infante é sem fala, portanto, silenciado e menorizado.

Os cinco álbuns não são extensos, compostos por sessenta e seis (66), cinquenta (50), sessenta (60), quarenta e duas (42) e cinquenta e quatro (54) páginas, respectivamente, e bastantes ilustrações. Essas, por sua vez, tentam abarcar a pluralidade das formas de organização familiar brasileira, ainda circunscrita na norma da heterossexualidade (trazem imagens de famílias nucleares, famílias extensas, participação do vínculo comunitário), bem como, tentam trazer a representatividade da composição étnica e racial do nosso país. É relevante salientar, ainda referente à iconografia, que as imagens aludem às casas mais simples, de famílias mais pobres, com poucos cômodos, vestindo roupas simples. Ou seja, há um marcador de classe social nestes álbuns materializada pelas fotografias e imagens usadas na composição do documento ora analisado.

Nota-se que a construção discursiva que perpassa todos os álbuns remete que a parentalidade, a comunidade para qual esse escrito é direcionado, é tomada como incompetente na tarefa de como cuidar. Precisam de vigilância e monitoramento construído como orientação e cuidado. A linguagem utilizada no relatório é de fácil compreensão, de cunho informativo em forma de

tópico que não faz referência direta a nenhum(a) autor(a). Apenas traz referências a normativas legais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943).

Não foi possível identificar pelo formato digitalizado por quais mãos essa coletânea foi escrita, quais os colaboradores; não há referências ao final de nenhum dos álbuns. Sabemos que é uma produção do UNICEF, mas quem é? Está situado onde? Quais são as vozes? Quem são os parceiros? Quem o financia? Sabe-se, por exemplo, em relação ao financiamento, que este organismo recebe doações no formato mensal ou cota única pelo site. Neste, há um gráfico informativo acerca da origem dos recursos – 20% de Alianças Corporativas; 66,3% Doações Individuais; 11,8% da Sede em Nova Iorque + comitês; 1,9% de Outras Organizações.

Contudo, em que pese não estar presente textualmente as referências teóricas que embasaram e sustentaram a tessitura destes relatórios, sabe-se que há toda uma concepção elaborada acerca de temas como o desenvolvimento infantil, noções de cuidado, higiene, alimentação saudável, família, atribuição de papéis sociais generificados. Há uma geopolítica do conhecimento latente na colonialidade do saber que promove desigualdades e violências, apagamentos e silenciamentos, exclusões e impedimentos.

O Eurocentrismo é uma lógica fundamental para reprodução dessa colonialidade, tido como o “ponto zero”, o qual parte da noção, segundo Grosfoguel (2007) que “o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade”. É preciso ter atenção à violência presente no silenciamento epistêmico e ao apagamento dos saberes locais presentes nestes documentos.

Interface com a Colonialidade nos modos de pesquisar

Dentro dessa perspectiva dos perigos de se contar uma história única (ADICHIE, 2009), inicia-se um movimento após o fim da Segunda Guerra Mundial nos países africanos, asiáticos e da América Latina – países que outrora foram colônia – de pensar os efeitos e as permanências dessa colonização (enquanto regime jurídico, político) sob esses países. A essa permanência de um padrão semelhante nas relações interpessoais e sociais, Nelson Maldonado Torres chamou de *colonialidade*, “relações intersubjetivas que se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade”.

A Modernidade está intrinsecamente associada às experiências coloniais e aos modos de constitui-la como poder, saber e subjetivação. Não existe Modernidade sem um dispositivo de Colonialidade que a sustenta e a tece, a produz e a atualiza. Por muito tempo, nos fizeram crer que a modernidade era o oposto da colonialidade, quando, na verdade, ambas estão em correlação e geraram efeitos recíprocos (LUGONES, 2020). Elas efetivamente se complementam. Por moderno, chegamos a entender de modo racista algo novo, avançado, evoluído, racional, científico que, para ter seu projeto político executado precisa de um correlato que ocupe o lugar de inferioridade (FOUCAULT, 1999). Neste sentido, a Colonialidade impôs uma classificação racial/étnica; a ideia da raça, dos conquistados e dos conquistadores e da construção da diferença, tomada aqui, no seu aspecto pejorativo.

A ideia de guerra justa, a visão de guerra colonial cria um sistema de repartição para colocar alguns como primitivos e bárbaros nos supostos eixos da civilização para trazê-los ao caminho ilustrado da modernidade civilizadora. E, nessa missão civilizatória são fabricados os sofrimentos, os sacrifícios e toda uma necropolítica em que a gestão dos corpos passa a ser realizada em torno da morte e da inimizade daqueles e daquelas que são enquadrados(as) como resistentes ao projeto normalizador civilizatório. É um suposto preço a se pagar como pedágio para a entrada na política do reconhecimento (MBEMBE, 2019). Um dos fundamentos da Modernidade/Colonialidade está no artifício descobrimento da América. Por isto, para Dussel, a América foi a primeira periferia sistema-mundo, ao ser inventada como uma descoberta.

Dessa forma, o mundo é marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva – Colonialidade do poder, do saber e do ser. Entende-se que a colonialidade sobrevive e sobreviveu ao colonialismo. As relações de colonialidade nas esferas econômicas e políticas não findaram com a destruição do colonialismo; não houve superação. Mantém-se vivo na lógica da produção de conhecimento, no modo de fazer pesquisa, nos processos de subjetivação e constituição de si, na autoimagem das pessoas, e entre tantos outros aspectos da nossa existência (LUGONES, 2020).

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação da universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver, ou deixar morrer”. A

reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017, p.25).

Operar esse esforço epistemológico de pensar a produção do subalterno, de pensar as narrativas históricas construídas acerca de um país, de seu povo e de sua cultura é pensar dentro da perspectiva pós-colonial (SPIVAK, 2021). É promover o giro decolonial – termo cunhado por Nelson Maldonado Torres e entendido como movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico e desobediência epistêmica. Salienta-se que afirmar a decolonialidade não implica em deslegitimar as ideias críticas europeias ou pós-coloniais. Alguns dos principais nomes de pesquisadores latino-americanos que inauguraram esse movimento são: Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres (CURIEL, 2020).

Emerge uma “possibilidade de reconstrução de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade moderna” (GOMES, 2018, p.16). Desta feita, o pensamento colonial é resistência a um padrão patriarcal, eurocêntrico, moderno, racista, imperial. E para os fins desse trabalho, que seja, analisar os efeitos das prescrições documentais do UNICEF sob os corpos das mulheres-mães brasileiras, torna-se indispensável pensar a partir da lente decolonial. Este é um organismo multilateral de grande incidência política e social que SE pretende universal e apresenta-se como um projeto global que dita como criar os filhos, quais lógicas de cuidado acessar, os modos de organização familiar e, tudo isto, em nome da defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Ou seja, este grupo social se torna objeto de disputas de interesses e marketing para Estados e organizações diversas se produzirem como agência de proteção social até mesmo quando estão entre os(as) que violam e violentam.

Considerações finais

A partir desses olhares, é possível perguntar em que medida o UNICEF não reforça a retórica imperial, colonial, ao centrar a Europa o lugar de conhecimento? Forçando uma adesão à cultura e à lógica europeia, dita civilizatória, evoluída, avançada. Como nos alertou Adichie (2009) “mostre um povo como uma coisa, somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão” (p.26). A ONU se declara apartidária, no entanto, nas suas cartilhas constam recomendações e intervenções e, neste sentido, podemos ter um exemplo de como os

documentos não são neutros. Vale mencionar o quanto muitas organizações internacionais ainda trazem concepções de colonialidade nas suas ações, documentos, discursos, incidências políticas e pactos, apesar de, parcialmente, realizarem pressões para redução das desigualdades e extinção de modalidades diversas de violência.

Quem os produz, edita, escreve, falam de algum lugar; não é ahistórico dissociado de um contexto econômico, político. Há, nas entrelinhas da fabricação de um documento, algo que foi salientado por Castro (2008) produzir uma memória a qual realiza uma escolha do que deve ser esquecido e do que deve ser lembrado e aqui, mais uma vez recorre-se à genealogia, pois esta problematiza o congelamento da memória, alertando para a fabricação política que incide sobre a mesma. Vale lembrar que a memória é uma ilha de edição.

O documento, ao selecionar o que deve ser escrito, a imagem, o tipo de abordagem, está, simultaneamente, silenciando outros modos de ser e de ser existir, ocultando outras versões e, portanto, uma análise genealógica deve “problematizar o processo de naturalização dos objetos” (LEMOS e CARDOSO Jr, 2009). A história é então entendida como devir e mutação. Portanto, contar histórias outras e analisá-las com novas categorias e com autorias que estavam silenciadas e desautorizadas pelos modos de estudar marcados por colonialidades é extremamente salutar e fundamental.

A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p.36-38).

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2012, p. 519).

Buscou-se analisar os documentos como monumentos e, portanto, desmontá-los historicamente em suas condições de possibilidade e em seus efeitos diversos. Foram levantadas séries discursivas distintas e entrecruzadas. Elas foram selecionadas a partir do

problema de pesquisa, tese, objetivos tanto o geral quanto os específicos e por meio das pistas metodológicas da genealogia, do trabalho com arquivos enquanto montagens múltiplas e dos estudos de decolonialidade para construir novos modos de escrever, ler, citar, analisar e operar com o campo e o objeto na pesquisa genealógica e histórica.

Para Foucault (2004), os princípios da dispersão, do comentário, da disciplina e das sociedades do discurso. A rarefação, que é um filtro dos saberes por mecanismos de controle discursivo, é operacionalizada por práticas de poder que materializam resistências à causalidade e linearidade. Assim, fazer a problematização destes mecanismos de interdição discursiva e de apagamento dos saberes do Hemisfério Sul e da América Latina, sobretudo, de mulheres, de povos negros e das comunidades tradicionais.

O uso irrestrito e intensivo de autorias europeias e norte-americanas, a busca de replicação de modelos de família e de ser mulher-mãe bem como do desenvolvimento de crianças e adolescentes, além da grande incidência política na gestão e realização das políticas públicas nos Estados em que os organismos multilaterais consideram em desenvolvimento e pouco organizador segundo a racionalidade moderna de governo das condutas assinala uma concepção bastante norteadas por saberes de colonialidade. Trata-se de problematizar violências perpetuadas por organizações que pareciam inquestionáveis e por documentos que eram replicados e citados, reverenciados e orientadores de práticas de proteção internacional sem qualquer crítica dos mecanismos de colonialidade que permeavam estas fontes e maneiras de fazê-las operar.

Como parte significativa destas organizações surgem durante a primeira e segunda guerras mundiais e sob o pano de fundo de disputas de dominação do Hemisfério Norte na política, cultura, economia, relações sociais e territórios do Hemisfério Sul é bastante relevante interrogar os arquivos e documentos das práticas que forjaram e desmontar os mecanismos ditos civilizacionais racistas e sexistas, etaristas e capacitistas, de expropriação cultural e da biodiversidade dos países e povos do Sul Global. Interrogar com diferentes jogos de escalas os olhares e narrativas, as ferramentas analíticas e os operadores conceituais é de imensa validade, de posição implicada eticamente e de extrema necessidade quando se trata da busca permanente de autonomia, emancipação, libertação e ruptura com preconceitos e discriminações negativas, com opressões e dominações seculares e, até mesmo, milenares.

Porém, além de pensar a rarefação, também, há uma analítica das relações de poder na unificação e reagrupamento dos discursos que pode ser descrito e desnaturalizado, como o

princípio do comentário, da disciplina e das sociedades discursivas. Certamente, há um problema metodológico em se partir de unidades previamente e não considerar a dispersão e descontinuidade presente nos saberes. Descolonizar a História e a Psicologia com a análise de documentos e arquivos implica em trazer as contribuições de outras perspectivas que tragam mais diversidade e pluralidade para as narrativas, a autoria, as lentes de quem olha e analisa e as alianças que permitam romper com colonialidades dos corpos, da ciência, da escrita e da metodologia.

Estes procedimentos discursivos são da ordem de um processo limitador e regulador dos enunciados em determinados lugares institucionais e posições de sujeito bem como os deveres de comentar autor e obra; os atos de obediência das prescrições de associações e seguir doutrinas disciplinares como se estas fossem saberes inquestionáveis. Para resistir aos controles discursivos, vale apostar na co-existência dos saberes, na transdisciplinaridade, na dispersão dos discursos e na singularidade dos acontecimentos. “Mas o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ela faz parte” (FOUCAULT, 2004, p. 55).

Os estudos decoloniais e da História nova cultural bem como da genealogia foram especificamente importantes para a crítica às posturas da modernidade repletas de racionalidades racistas, sexistas, classistas, etaristas, capatistas, de subordinação dos territórios do Hemisfério Sul e dos corpos das mulheres, crianças e adolescentes em nome da proteção e do cuidado. Os saberes outros têm sido desqualificados por organizações de direitos que apagam a diversidade e a pluralidade em suas decisões e documentos. Estas práticas precisam ser estudadas e pensadas com metodologias que visem deslocar colonialidades por meio de lutas locais e estratégias de insurreição dos saberes sujeitados.

Textos e autorias, conceitos e teorias, metodologias e fontes podem sofrer inflexões decoloniais e da História Nova Cultural a partir da genealogia histórica com vistas à realização de um trabalho com documentos e arquivos contracolonial e descolonizador para que lutas do presente sejam travadas com objetivos libertários que transformem vidas e realidades de massacre por manutenções e criações de dispositivos da colonialidade amplamente usados e repetidos com novas roupagens e sob o manto da missão civilizadora de povos bárbaros e primitivos ainda.

BETWEEN DOCUMENTS, GENEALOGY AND THE CONSTRUCTION OF OTHER STORIES WITH DECOLONIAL STUDIES

Abstract:

This article aims to present some clues about documentary, historical and genealogical research with decolonial studies of Gayatri Chakravorty Spivak, María Lugones e Chimamanda Ngozi Adichie and Rita Segato, from cultural history and the works of Michel Foucault as well as the appropriation of some contributions of feminist studies and intersectionalities. It seeks to point out methodological and political aspects in a work with archives of the United Nations Children's Fund (UNICEF) as an example of analysis. It is pointed out how gender demarcations are used in a skewed way, especially in the construction of these documents about women as mothers focused on motherhood as a device of government of conduct skewed by the supposed development of the country and protection of children and adolescents. Therefore, it is possible to affirm that UNICEF documents are crossed by prejudices of gender coloniality and forge effects on the formation of social workers based on discrimination and stereotypes. Therefore, research with historical archives can favor practices of denaturalization of sexist and gender oppressions and dominations.

Keywords: Archives; Genealogy; Decoloniality.

ENTRE DOCUMENTOS, GENEALOGÍA Y LA CONSTRUCCIÓN DE OTRAS HISTORIAS CON ESTUDIOS DECOLONIALES

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas pistas sobre la investigación documental, histórica y genealógica con estudios decoloniales de Gayatri Chakravorty Spivak, María Lugones y Chimamanda Ngozi Adichie, desde la historia cultural y las obras de Michel Foucault, así como la apropiación de algunas contribuciones de estudios feministas e interseccionalidades. Busca señalar aspectos metodológicos y políticos en un trabajo con archivos del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) como ejemplo de análisis. Se señala cómo las demarcaciones de género se utilizan de manera sesgada, especialmente en la construcción de estos documentos sobre las mujeres como madres

enfocadas en la maternidad como un dispositivo de gobierno de conducta sesgado por el supuesto desarrollo del país y la protección de los niños, niñas y adolescentes. Por lo tanto, es posible afirmar que los documentos de UNICEF son atravesado por prejuicios de colonialidad de género y forjar efectos en la formación de trabajadores sociales a partir de la discriminación y los estereotipos. Por lo tanto, la investigación con archivos históricos puede favorecer prácticas de desnaturalización de las opresiones y dominaciones sexistas y de género.

Palabras clave: Archivos; Genealogía; Decolonialidad.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: **História: Novos Problemas**. LE

GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 16, pp. 179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1989-1930). **Diálogos latinoamericanos**. n.10, 2005.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orga.). **Pensamento feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 25-47.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orga.). **Pensamento feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 237-258.
- GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e crítica à história única: possibilidades para a historiografia dos povos originários do Brasil**. 2018. 154f. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto).
- HIRATA, Helena. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, 26(1), 61-73.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMOS, F.C.S.; CARDOSO Jr, H.R. A genealogia: uma trajetória. In: **Psicologia & Sociedade**. 21 (3), Dez 2009.

LEMOS, F.C.S.; GALINDO, D.; PIANI, P.P.F. Pesquisa-intervenção e direitos humanos. Apontamentos arqueológicos e genealógicos na análise de documentos. In: **Revista Polis e Psique**; 5 (2): pp 48-58, 2015.

LINO, Tayane Rogeria; MAYORGA, Cláudia. Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada. In: **Aedos**. Porto Alegre, v.12, n.26, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

PAES, Marilena Leite Paes. **Arquivo. Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz & Terra, 1985.

REVEL, Jacques Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAMARA, E. de & TUPY, I. S. S. T. **História, Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UNICEF. **Kit Família Brasileira Fortalecida**. 2019.
<https://www.unicef.org/brazil/kit-familia-brasileira-fortalecida>

ZAMBENEDETTI, G. & DA SILVA, R. A. N. **Cartografia e Genealogia**: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Revista Psicologia & Sociedade* 23 (3), 2011. p, 454-463.

Sobre os autores:

Flávia Cristina Silveira Lemos é Professora associada III de Psicologia Social/Universidade Federal do Pará/UFPA. Pós-doutora em Psicologia/Universidade Federal Fluminense/UFF (2016); Doutora em História Cultural/Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2007); Mestre em Psicologia Social/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2003), Graduada em Psicologia/Universidade Estadual de Mesquita Filho/UNESP (1999). Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-PQ2. E-mail: flaviacslemos@gmail.com.

Fernanda Teixeira de Barros Neta é Doutora em Psicologia/Universidade Federal do Pará/UFPA (2021); Mestre em Psicologia/Universidade Federal do Pará/UFPA (2016); Graduada em Psicologia/Universidade Federal do Pará/UFPA (2013). Psicóloga concursada na SESPA/PA, no CAPSi. E-mail: fernandatbn@gmail.com.